



Subsídios para uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos: norma culta e estilo monitorado revisitados

Subsidies for a sociolinguistic notion of style for written text: standard language and careful style revisited

*Adriano de SOUZA**

*Viviane de Vargas GERIBONE***

RESUMO: Revisitamos os conceitos de norma culta e de estilo monitorado em textos escritos para discutir a pertinência de uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos. Para tanto, revisamos a literatura sociolinguística sobre estilo a partir de Labov (1966); Bell (1984) e Eckert (2000; 2008); Moore (2004) e Mendoza-Denton (2001) e apresentamos a discussão motivada por Coulmas (2014) sobre um suposto desinteresse dos estudos linguísticos e sociolinguísticos em tomar as produções escritas como objeto de análise. Em seguida, tendo em vista a discussão de Faraco (2008) e Preti (1999) sobre norma culta escrita, apresentamos resultados de análise linguística de um corpus composto por 12 textos de opinião, de jornal de circulação nacional, com vistas a observar o comportamento das variáveis ‘recuperação de antecedente textual por complemento verbal’ e ‘construção de orações relativas’. Por fim, como contribuição à discussão teórica,

ABSTRACT: In this paper we have reviewed the concepts of standard language and careful style in texts to discuss the relevance of a sociolinguistic notion of style for written texts. For this purpose, we have revised the sociolinguistic literature on style from Labov (1966); Bell (1984) and Eckert (2000; 2008); Moore (2004) and Mendoza-Denton (2001) and bringing the discussion guided by Coulmas (2014) about a supposed lack of interest in linguistic and sociolinguistic studies about taking written productions as an object of analysis. Then, based on the discussion by Faraco (2008) and Preti (1999) about written standards, we present linguistic analysis’ results from a corpus composed by 12 opinion texts, from a national newspaper, with the purpose to observe the behavior of the variables “recovery of textual antecedent by verbal complement” and “construction of relative clauses”. Finally,

* Doutorando da UFRGS, professor da Unipampa. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9015-465X>. d.souzadriano@gmail.com.

** Doutoranda da UFRGS, professora da Rede Municipal de Educação Básica de Bagé-RS. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9308-6015>. vigeribone@gmail.com

articulada à discussão dos resultados, argumentamos sobre a necessidade da revisão do conceito de monitoração estilística como critério balizador da norma culta escrita, propondo um enfoque que privilegie a noção de agência estilística e, finalmente, especulando sobre o que (dessa discussão) pode interessar à educação linguística e à pedagogia da variação linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Estilo. Texto escrito. Norma Culta. Variação. Educação Linguística.

as a contribution to theoretical discussion, articulated to the results' discussion, we argue about the need of reconsidering the careful style's concept as a guiding criterion for the written standards, proposing an approach to privilege the notion of stylistic agency and, lastly, speculating what in this discussion may interest linguistic education and the pedagogy of linguistic variation.

KEYWORDS: Style. Written text. Standard language. Variation. Linguistic Education.

1 Introdução

Nosso interesse mais próximo e palpável com este trabalho é discutir a pertinência de uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos. Entendemos que, para encaminhar e estabelecer os termos dessa discussão, no espaço de que dispomos, há que se ter em conta minimamente a problemática subjacente à noção de norma de modo geral e a noção de norma culta de modo particular. Em relação à primeira, associamos nosso ponto de vista ao arcabouço conceitual dos estudos linguísticos, que têm se utilizado do conceito de norma para referir, descrever, analisar fatos de língua cuja ocorrência é comum (no sentido de que é partilhada socialmente e, por isso, normal) a determinada comunidade de fala, comunidade de prática e/ou rede de interações e de inter-relações. Ocorre que toda norma concretamente praticada é fruto de uma construção coletiva que, ao buscar equacionar as forças produtivas, organizar as relações de troca, de produção e de convívio social, produz e reproduz relações assimétricas de poder, simbólicas e materiais. A dimensão material dessas relações assimétricas de poder parece estar mais ao alcance dos sentidos; já à dimensão simbólica, que sustenta, justifica e legitima a assimetria dessas relações materiais, nem sempre se dá a devida atenção. Quando abordamos o conceito de norma culta, estamos falando de determinadas práticas socioculturais de produção e reprodução simbólica

e material de formas de existência humana, que são mediadas por agentes políticos e econômicos para fins e interesses específicos; logo, estamos falando também dos mecanismos de controle e de acesso de pessoas e grupos sociais a essas práticas. Nesse sentido, uma norma culta é um empreendimento cultural partilhado segundo critérios sociopolíticos e uma dada escala axiológica, razão pela qual a questão estilística está sempre aí implicada.

Nas páginas a seguir, gostaríamos de pensar a noção de estilo sociolinguístico em produções de texto escrito no quadro maior dessa problemática exposta no parágrafo acima. Entendemos estilo como linguagem em ação, e sua contraparte, digamos, linguística nos coloca diante do desafio de compreender como escolhas sintáticas, lexicais, morfossintáticas etc. são utilizadas a serviço da tarefa comunicativa. Trata-se, portanto, de entender o que é essa tarefa comunicativa e, sobretudo, o que está em jogo nela, porque sempre há muita coisa em jogo nela. Começaremos, então, tratando de como norma culta e estilo se relacionam, em seguida passaremos a explorar algumas das principais contribuições dos estudos sociolinguísticos para a questão da variação estilística para, por fim, discutir, com base em dados de textos escritos, a pertinência de uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos.

2 Norma culta e a questão da monitoração estilística

Um dos legados mais interessantes do projeto Norma Urbana Culta (NURC) talvez tenha sido a constatação de que a norma culta – norma linguística utilizada por falantes urbanos com alto nível de escolaridade (nível universitário) – pouco se diferenciava do que Dino Preti (1999, p. 21) definia como *linguagem urbana comum*, a saber “um dialeto social que atende tanto aos falantes cultos como aos falantes comuns, com menor grau de escolaridade”. Retomando, hoje, as reflexões de Preti (1999 [1997]), não nos passou despercebido o fato de que essa constatação a que referimos – ou seja, a constatação de que a característica da variedade linguística dos

falantes altamente escolarizados pesquisados pelo NURC pouco se difere da variedade linguística dos falantes de escolaridade mediana – parece ter frustrado a expectativa de alguns pesquisadores, vejamos:

Quando se iniciaram as análises das gravações do Projeto NURC/SP, havia a expectativa de se encontrar nos diálogos e entrevistas a linguagem de falantes que correspondesse à classificação antecipada de *culta*. Porque na escolha desses informantes foi levada em conta sua formação universitária e essa variável – grau de escolaridade – constituiu a base para a formação do *corpus*. Essas primeiras análises, no entanto, revelaram resultados inesperados e até contraditórios. Considerando que as situações de interação eram praticamente sempre as mesmas, isto é, gravações conscientes, monitoradas por um documentador, com fases mais espontâneas e outras mais tensas, com variações de nível de intimidade entre os interlocutores dos diálogos ou das entrevistas, os inquéritos acabaram revelando um discurso que se identificava, na maioria das vezes, com o do falante urbano *comum*. (PRETI, 1999, p. 21, *grifos do autor*).

Havia, ao que parece, uma expectativa de que o empreendimento de descrição da norma urbana culta encontraria uma variedade linguística que diferenciase seus falantes da massa de usuários urbanos medianamente escolarizados. Se não se tratava disso, por que, então, os resultados encontrados seriam “contraditórios e inesperados”? No limite de uma possível interpretação, se poderia até inferir que os informantes da pesquisa não corresponderiam a usuários da hipotética norma culta, posição essa que fica mais incisiva no trecho seguinte, que é também a conclusão desse trabalho:

De sorte que, considerados esses fatos, poderíamos admitir a hipótese de que o grau de escolaridade (nível universitário), variável básica para a escolha dos falantes cultos no Projeto NURC, embora ajude a identificação, não é suficiente para marcar um discurso próprio dos falantes cultos que, até em situação de gravação consciente, revelaram uma linguagem que, em geral, também pertence aos falantes comuns. Assim, se pretendêssemos encontrar um discurso que revelasse marcas mais constantes e uniformes do nível de escolaridade do falante culto,

isto é, seu grau universitário, só poderíamos surpreendê-lo em situações formais, tensas, como, de certa forma, acontece com as *elocuições formais* gravadas pelo Projeto.

Em síntese, o que o *corpus* do Projeto NURC/SP tem-nos mostrado (e isso já na década de 70) é que os falantes cultos, por influência das transformações sociais contemporâneas a que aludimos antes (fundamentalmente, o processo de democratização da cultura urbana), o uso linguístico comum (principalmente, a ação da norma empregada pela *mídia*), além de problemas tipicamente interacionais, utilizam praticamente o mesmo discurso dos falantes urbanos comuns, de escolaridade média, até em gravações conscientes e, portanto, de menor espontaneidade. (PRETI, 1999, p. 33, *grifos do autor*).

O fato é que as pesquisas do projeto NURC começaram a mostrar que, paralelamente a realizações próximas ao pretense uso culto (expectativa de um uso identificado à norma-padrão, apresentada pela tradição gramatical e legada, supostamente, pelos anos de escolarização) – tais como regência indireta do verbo assistir; uso dos oblíquos (o, a, os, as) em posição enclítica; verbo haver como impessoal etc. –, os informantes “cultos” também expressavam realizações como regência direta do verbo assistir; “mistura” de tratamentos gramaticais *tu/você*; pronome pessoal *ele* e suas variações como objeto direto; formas irregulares do futuro do subjuntivo “confundidas” com o infinitivo (*se eu pôr esse acessório* no lugar de *se eu pusesse...*); “discordância” entre verbo e sujeito posposto; regências de verbo de movimento com preposição *em*¹. Anos mais tarde, Carlos Alberto Faraco (2008) recolocou essa discussão em outros termos. Para esse autor (cf. FARACO, 2008, p. 54), o qualificativo *culta* diz respeito especificamente a uma certa dimensão da cultura, a saber, a dimensão da cultura escrita e do letramento. Sendo assim, “a expressão *norma culta* deve ser entendida como designando a norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau maior de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a

¹ Nos pareceu pertinente aqui manter a terminologia utilizada por Preti (1999), daí o uso das aspas neste parágrafo.

cultura escrita.” (ibidem, *grifos do autor*). Faraco (2008) propõe, então, revisar o critério do projeto NURC de restringir os usuários “cultos” a falantes com educação superior completa. Em lugar disso, o linguista advoga no sentido de que “numa sociedade que distribua de maneira mais equânime os bens educacionais e culturais, é mais adequado considerar letrados todos os que concluem pelo menos o ensino médio” (*op. cit.*, p. 57). Claro está que ainda caminhamos (talvez mais lentamente do que gostaríamos) no sentido da democratização plena de nossos bens educacionais e culturais, dentre os quais a garantia de escolaridade básica qualificada a toda a população, motivo pelo qual entendemos que nossa mobilização constante tem de se voltar para a ampliação das garantias de acesso qualificado a bens culturais e educacionais e não para sua restrição.

Essa questão política nos parece muito bem pontuada por Faraco (2008), sobretudo quando o autor identifica, então, a norma culta a uma norma comum/*standard*:

(...) talvez melhor faríamos se abandonássemos a denominação *norma culta*. De um lado nos livraríamos de sua carga de injustificável elitismo. Por outro lado, estaríamos nos aproximando de uma análise mais precisa da realidade linguística brasileira, na medida em que não há, pelo menos no plano da fala, diferenças substanciais entre o que se poderia chamar de norma culta e a linguagem urbana comum. Por tudo isso, ganharíamos se adotássemos uma designação como *norma comum* ou *norma standard*, qualificações que parecem carregar menos impregnações axiológicas do que o adjetivo *culta*. A questão terminológica continua, porém, a nos desafiar: (...) Bagno (2003: 63) propõe que se use *variedades prestigiadas* (em vez de *norma culta*) e *variedades estigmatizadas* (em vez de *norma popular*). Claro, ao apontarmos a estigmatização, podemos contribuir para superá-la criticamente. No entanto, podemos também favorecer uma sua *naturalização*, o que, obviamente, correria contra nosso esforço crítico. O mesmo poderia ocorrer com a ideia de prestígio (...). Como contribuição à busca de melhor terminologia, usaremos no texto os três adjetivos em sequência alternativa: norma culta/comum/*standard*. (FARACO, 2008, p. 62, *grifos do autor*).

Caberia ainda dar destaque ao fato de que essa variedade linguística urbana culta/comum/*standard*, por ser historicamente a norma de agenciamento na esfera pública, está atrelada a uma noção de prestígio social que tem um fundo histórico-social bem delineado. Recorrendo a Habermas (2014, p. 135), filósofo e sociólogo fundamental para uma discussão sobre esfera pública, vemos que a constituição da esfera pública burguesa, que emerge no século XVIII europeu, está atrelada à participação de pessoas particulares na articulação entre sociedade e Estado: “elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera de circulação de mercadorias e do trabalho social”. Ora, ter a sua voz e de seu grupo social ecoando na esfera pública, articulando a mediação com o Estado, participando da esfera política passa a ser identificado, por óbvio, a prestígio social, o que historicamente, com pequenas exceções, tem sido preservado a homens, letrados, brancos, heterossexuais, cisgênero etc. Instituído as regras de urbanidade, são esses participantes da esfera pública que, em seus registros de fala e escrita, privilegiam os usos linguísticos mais cuidadosamente monitorados, daí a noção de prestígio estar atrelada também a determinado uso estilístico. Não nos parece equivocado pensar, então, que a discussão sobre norma culta passa pela discussão sobre a participação na esfera pública: que grupos sociais, estilos, línguas e linguagens têm livre acesso à esfera pública?

Voltando a Faraco (2008, p. 44), em relação ao que se sabe sobre a realidade linguística brasileira, diz-se que “nenhum corte dicotômico (...) – como português culto/português popular, português formal/português informal ou identificações simplistas como português formal/língua escrita e português informal/língua falada – é suficiente para representá-la”, acrescenta-se ainda que o melhor instrumento para avaliar/analisar/conhecer o registro da realidade sociolinguística brasileira é o proposto por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005), por uma perspectiva de análise em

continuum, a saber: rural-urbano; oralidade-letramento e monitoração estilística. Assim, para a caracterização da norma culta/comum/*standard*, considera-se o entrecruzamento do polo urbano (no eixo rural-urbano), com o polo do letramento (no eixo oralidade-letramento), com o polo mais monitorado (no eixo de monitoração estilística). Feita a ressalva de que toda variedade conhece diferentes estilos e, por isso, pode transitar entre registros mais e menos formais, fato é que os usos considerados pela norma culta/comum/*standard* estão mais próximos aos usos de maior monitoração. É como define Faraco (2008, p. 71) “a expressão norma culta/comum/*standard* (...) designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente nos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita.”

Deixemos a questão da oralidade de lado e passemos à questão da escrita. O que são situações mais monitoradas em se tratando de produção escrita? Sobre essa questão do estilo monitorado, Bortoni-Ricardo (2005, p. 41) afirma o seguinte:

Na produção do estilo monitorado, o falante presta mais atenção à própria fala. Este estilo geralmente caracteriza-se pela maior complexidade cognitiva do tema abordado. Se o falante tiver um maior grau de apoio contextual, bem como maior familiaridade com a tarefa comunicativa, poderá desempenhar-se no estilo monitorado com menos pressão comunicativa. A pressão comunicativa aumenta quando o apoio contextual é menor e a temática, mais complexa.

Como se pode perceber, a noção estilística de monitoração é aplicada fundamentalmente à modalidade oral da linguagem verbal. Guardemos, por ora, a questão sobre escrita e monitoração estilística na norma culta/comum/*standard* do português brasileiro, a ela voltaremos mais adiante, tão logo possamos apresentar a discussão sobre estilo em sociolinguística e produção do texto escrito, o que passaremos a fazer na próxima seção do artigo.

3 Variação estilística e produção textual: por que uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos?

A discussão sobre estilo em sociolinguística é bastante consistente. A literatura específica tem apontado para a existência de, pelo menos, três perspectivas ou pontos de vista coocorrendo para dar conta dos fenômenos variáveis da linguagem na dimensão estilística. Em linhas gerais, diferentes estudos (MENDOZA-DENTON, 2001; ECKERT; RICKFORD, 2001; MOORE, 2004; ECKERT, 2008; CAMACHO, 2010; SALOMÃO-CONCHALO, 2015; BAGNO, 2017) mencionam a constituição do paradigma variacionista como fase das mais profícuas para a discussão estilística. Nesse contexto, a figura de William Labov, a propósito de seu estudo de 1966 sobre o inglês falado na cidade de Nova York, está associada a pioneirismo e originalidade, justamente por dar importância teórica e metodológica central à questão do estilo (cf. ECKERT; RICKFORD, 2001).

No referido trabalho, Labov (2006 [1966]) faz uma importante distinção terminológica entre contexto e estilo. Mais especificamente no capítulo intitulado *The isolation of contextual styles*², em que apresenta os métodos de obtenção de dados de entrevista sociolinguística, o autor explicita que as noções “formal” e “informal” se referem ao contexto de obtenção de dados, enquanto as noções de fala casual, fala espontânea e fala monitorada (*careful speech*) se referem a estilos de fala, sendo que em contextos informais se observa o estilo casual, e em contextos formais se pode observar variação entre estilo monitorado e estilo espontâneo, de modo que “a fala espontânea é definida aqui como correlata da fala casual que ocorre em contextos formais, não em resposta à situação formal, mas apesar dela.” (LABOV, 2008, p. 111).

Os estilos de fala casual, espontâneo e monitorado distinguem-se, então, de acordo com o nível cognitivo de atenção prestado à fala, sendo o estilo casual aquele

² Este capítulo reaparece com alguns acréscimos no trabalho *Sociolinguistic Patterns* de 1972. Na tradução brasileira de Bagno, Scherre e Cardoso, de 2008, o capítulo se chama *O isolamento de estilos contextuais*.

de menor tensionamento e o estilo monitorado o de maior. Como se sabe, parte considerável desse empreendimento metodológico para obtenção de dados através de entrevista sociolinguística visava à obtenção do vernáculo, que se poderia observar na fala menos monitorada possível. Não se trata, portanto, de uma teoria da mudança de estilo, mas de mecanismos para obtenção de diferentes comportamentos estilísticos, entendidos como atenção dada à fala, como o próprio Labov afirmou³ em outra ocasião.

Estudos variacionistas posteriores, já sob a influência da teoria da acomodação e da psicologia social, trouxeram para o centro da reflexão estilística em sociolinguística a categoria audiência. Aqui, o estudo de Alan Bell (1984) é frequentemente destacado pela sistematização de um modelo de *design* de audiência responsivo e proativo pelo qual se procura perceber a variação estilística. Trata-se de uma abordagem da questão estilística alternativa à laboviana, que passou a ser criticada por encapsular a variação estilística, resumindo-a ao nível de atenção e formalidade que determinado falante atribui à própria fala. Para Bell (1984; 2001), estilo advém muito mais de uma postura responsiva de um falante perante sua audiência do que de uma reação cognitiva à situação discursiva imediata. Aqui, a

3 Na segunda edição do estudo de 1966, publicada em 2006 com comentários do autor, Labov faz a seguinte afirmação sobre a questão estilística: “O adjetivo ‘laboviano’ é frequentemente usado para descrever um conjunto de entrevistas utilizado para traçar a mudança de estilos (...). O fato de que esses quatro ou cinco estilos podem ser ordenados, aumentando a atenção dada à fala, foi confundido com uma afirmação de que é dessa maneira que estilos e registros devem ser ordenados e compreendidos na vida cotidiana. Os dispositivos de mudança de estilo usados neste capítulo [Cap. 4 – The isolation of contextual styles] foram introduzidos como dispositivos heurísticos para obter uma variedade de comportamentos na entrevista individual, não como uma teoria geral da mudança de estilo”. (Labov, 2006, p. 58-59, em tradução própria). The adjective “Labovian” is often used to describe a set of interviews that uses several different styles to trace the shift of styles (...). The fact that these four or five styles can be ordered by increasing attention paid to speech has been mistaken for a claim that this is the way that styles and registers are to be ordered and understood in everyday life. The style shifting devices used in this chapter were introduced as heuristic devices to obtain a range of behaviors within the individual interview, not as a general theory of style shifting.

premissa passa a ser a de que um falante, via de regra, está em busca da aprovação de seu interlocutor e, portanto, nessa direção constrói o seu discurso.

Na análise do *design* de audiência de Bell (1984), estilo é tratado como uma ação deliberada de um falante em face de uma demanda discursiva e de um legado sócio-histórico a que o autor chama responsividade (*responsiveness*), conceito que, no trabalho de 2001, em que revisita a noção de *design* de audiência, Bell creditará ao teórico russo Mikhail Bakhtin, a quem chama “arauto da sociolinguística moderna⁴”. Assim sendo, estilo passa a ser visto como responsividade, demandada por certa audiência com a qual se procura estar alinhado, mas que também pode ser encetada por iniciativa do falante, daí que interessa ao autor esquematizar a abordagem do *design* de audiência considerando, de um lado, uma dimensão responsiva e, de outro, uma dimensão iniciativa ou proativa, realizada pelo falante. Um estilo de fala, considerando a dimensão responsiva do desenho, pode considerar uma audiência composta de, pelo menos, quatro níveis de participação, que vai desde um interlocutor ou destinatário (*addressee*, uma 2^a pessoa clássica, diríamos) chegando a três instâncias de 3^a pessoa, a saber, *auditor*, *overhearer* e *eavesdropper*, o que poderíamos pensar como uma audiência geral e imprecisa, ouvintes eventuais e algum participante mais desavisado. Também interferem na questão estilística o cenário e o tópico da conversação, o que autor chamou de não-audiência⁵.

Mais recentemente, o campo dos estudos de variação tem se movimentado no sentido de contemplar a relação entre estilo, identidade e prática social (ECKERT, 2000). Trata-se, com efeito, de enfatizar a dimensão múltipla e o caráter de campo indexical da prática estilística. Para Eckert (2008), o significado social de uma variável

⁴ We can turn to a source who may seem surprising, but who has some claim to be acknowledged as a herald of modern sociolinguistics – the Soviet literary theorist Bakhtin writing in 1934/35: “All words have the ‘taste’ of a profession, a genre, a tendency, a party, a particular work, a particular person, a generation, an age group, the day and hour. (BELL, 2001, p. 143).

⁵ Detalhes na figura 13 de Bell (1984), p. 196.

linguística não tem um sentido fixo, mas constitui-se dentro de um campo indexical de significados possíveis, que podem ser combinados estilisticamente com outras semioses, num processo identificado pela autora, a partir de Hebdige (1979 [2002], p. 102), como bricolagem. Para Moore (2004), em termos de pesquisa sociolinguística, trata-se de pensar a questão do estilo não apenas como um eixo da variação sociolinguística, mas como *o grande eixo multidimensional da variação*, o que levaria a pesquisa a focar os processos que permitem que variantes linguísticas se tornem significativas, deixando de lado, por exemplo, a distinção taxonômica rígida entre variação estilística e social.

Já quando se trata de observar, por outro lado, fenômenos variáveis a partir de dados da modalidade escrita da linguagem verbal, relacionando-os a um enfoque estilístico, pode-se perceber um discreto silenciamento por parte de abordagens sociolinguísticas, o que é, de certa forma, compreensível e que foi percebido por Coulmas (2014, p. 131) de uma forma bastante contundente:

[n]a sociolinguística, a heterogeneidade dos estilos de fala tem sido explicada de diversos modos: pelo diferente grau de atenção que os falantes prestam a sua própria fala (Labov, 1994: 157); pela teoria do desenho de audiência, que argumenta que os falantes se ajustam a sua audiência (Bell, 2001); e pela teoria da acomodação dos falantes uns aos outros (Giles e Coupland, 1991). **Essas teorias não se aplicam à heterogeneidade estilística na escrita.** Embora alguns atos de escrita sejam mais espontâneos que outros, e a oposição espontâneo *vs.* formal possa ser considerada assim uma dimensão da variação estilística na escrita, como na fala, elevar o grau de atenção não basta para a produção [por exemplo] de escrituras sagradas ou literatura jurídica. Além disso, em sua escrita, o tribunal, a igreja e a escola não se acomodam a sua audiência, isto é, a seu público leitor, mas esperam que o leitor se acomode – com o auxílio dos mediadores profissionais. O interesse dos mediadores é duplo: (1) mediar; (2) garantir sua própria existência – ou seja, garantir que a mediação seja necessária. (*grifos nossos*).

Segundo esse autor, para eliminar a confusão entre língua e escrita e para estabelecer seu objeto de estudo, a linguística moderna relegou a escrita a uma posição à margem de suas prioridades, sobretudo a partir do seguinte argumento: “a linguística deve estudar a língua *natural* – isto é, a capacidade humana inata para a linguagem – já que, embora tenham nascido para falar, os seres humanos não nasceram para escrever” (*idem*, p. 16). A base desse argumento, na revisão teórica feita por Coulmas (2014), está nos fundadores da linguística moderna, a saber, Saussure e Bloomfield: “esses dois estudiosos, cada qual por motivos próprios em seu intento de lançar os fundamentos de uma linguística sincrônica em oposição a uma filologia histórica, fizeram uma defesa veemente da abstração, no estudo científico da língua, a fim de se distanciarem da escrita” (*idem*, p. 17). Mas qual é a pertinência desse argumento para a agenda de estudos da linguagem?

A declaração de Bloomfield de que “para estudar a escrita precisamos saber algo sobre a língua, mas a recíproca não é verdadeira” (1933: 21) foi útil numa época em que o estudo de línguas ágrafas precisava de justificativa. Hoje em dia, ela já não pode nos guiar, pois existem muitas coisas sobre as línguas que não podemos entender sem estudar sua forma escrita: o sistema de escrita, o efeito das normas escritas, o contato linguístico mediado pela escrita, e as atitudes linguísticas, por exemplo. A invenção da escrita, embora tenha ocorrido em época relativamente recente na história da espécie humana, revolucionou o modo como a língua pode ser usada. A escrita pode ser adequada, por exemplo, para induzir o comportamento cooperativo para além do alcance da voz. É preciso reconhecer esse aspecto da interação natureza-cultura que caracteriza a linguagem humana. (COULMAS, 2014, p. 23).

Sabemos também que a escrita nunca saiu do horizonte dos estudos da linguagem, veja-se, por exemplo, a estilística, os estudos do discurso, a linguística do texto, ainda que, com alguma frequência, o objeto de estudo, nesses casos, fosse o texto literário. Além disso, caminhando para um campo mais interdisciplinar, seguramente têm lugar reservado os estudos de letramento e de gêneros do discurso. Já quanto à sociolinguística, a questão que se coloca é: o que tem a dizer essa disciplina sobre o texto escrito enquanto objeto de reflexão teórica e dado para análise de variação

linguística? Encontramos, ainda em Coulmas (2014), um bom encaminhamento para essa questão:

Influenciada pela linguística estrutural de base saussuriana e bloomfieldiana, essa sociolinguística [o que o autor chama de sociolinguística dominante] geralmente tem desconsiderado a escrita, concentrando-se no vernáculo falado. O argumento para restringir dessa maneira o objeto da investigação é o de que o vernáculo é mais espontâneo e menos conscientemente monitorado pelos falantes. Por tal razão, ele é tido como a variedade que os sociolinguistas devem estudar, já que oferece a eles “os dados mais sistemáticos para a análise da estrutura linguística” (Labov, 1972: 208). (...) Contudo, se (...), como admite a maioria dos sociolinguistas, o comportamento linguístico é em todas as circunstâncias uma questão de escolha, não é de fato plausível que, para fins de coleta de dados, variedades caracterizadas por um grau mais alto de monitoramento consciente do que o vernáculo falado sejam deixadas de lado, na medida em que a escolha de vocabulário, estilo e pronúncia é consciente e guiada pela orientação rumo a uma norma (real ou imaginária) e, portanto, socialmente indicativa. Além disso, a língua é ferramenta que os seres humanos empregam, talvez não para a cognição, mas certamente para comunicar os resultados desta aos outros. A razão por que o monitoramento consciente do uso e, por ele, da formatação dessa ferramenta deveria conduzir ao entendimento de como ela funciona é um enigma que permanece. (COULMAS, 2014, p. 26).

Ao que parece, a presença da reflexão sobre a escrita no âmbito da sociolinguística é razoavelmente discreta e, talvez, mereça atenção mais detida, especialmente porque está intrinsecamente relacionada à questão estilística (para além da questão formal/informal) e à questão da variação social, uma vez que sua aquisição pressupõe diferentes níveis de participação na cultura letrada. Como equacionar, então, uma noção sociolinguística de estilo para o texto escrito, considerando os achados mais significativos da disciplina, tais como os significados sociais da variação linguística; o uso social de variáveis linguísticas como prática estilística em comunidades de prática (ECKERT, 2000; LAVE; WENGER 1991); a prática estilística como resposta e *design* de audiência?

Se, por um lado, a abordagem em *continuum* de Bortoni-Ricardo (2005) contribui fundamentalmente para a compreensão da complexidade sociolinguística do português brasileiro; por outro, como vimos, a noção de variação estilística resumida ao eixo monitoração não nos parece funcionalmente adequada para compreender a ampla gama de significados sociais que a noção de estilo pode assumir. Retomando, então, a questão que finalizava a seção anterior, como observar a noção de monitoração estilística em manifestações escritas da norma culta? Para tentar dar conta dessa questão, passemos à próxima seção deste trabalho, em que discutiremos alguns dados de textos escritos em veículo da mídia jornalística de circulação nacional, com vistas a dar um encaminhamento minimamente satisfatório a nosso problema.

4 Encaminhamentos possíveis para a questão estilística: norma culta e monitoração

Faraco (2008, p. 50-52), novamente, é quem coloca a questão da necessidade de distinguir a norma culta falada da norma culta escrita. Segundo o linguista, há fenômenos que ocorrem na fala culta e que não ocorrem na escrita culta e, se ocorrem, muitas vezes sofrem marcada avaliação social. Como exemplos desses fenômenos que sinalizam diferenças linguísticas típicas entre a norma culta escrita e a norma culta falada, o autor menciona o caso dos pronomes pessoais oblíquos de terceira pessoa (*o, a, os, as*), que já quase desapareceram da fala do português brasileiro, mas que são bastante comuns na escrita culta. A sintaxe preferida na fala culta, conforme o autor, é a do objeto nulo ou a mera repetição de sintagma pleno, também ocorrendo, nessa modalidade, os pronomes retos de terceira pessoa na função de acusativo (*Vamos ler ele até o fim de semana*). Outro exemplo citado pelo autor a propósito das diferenças entre a norma culta falada e a escrita vem a ser o caso das orações relativas. Na fala culta, prevalece o não uso de preposição antecedendo o pronome relativo nos casos em que a regência do verbo é indireta segundo a tradição normativa, compondo as

chamadas orações relativas cortadoras (*O livro Ø que precisas é esse*). Essa sintaxe, segundo Faraco (2008, p. 52), ainda é considerada inadequada na escrita culta.

Com intuito de compreender mais de perto como a norma culta/comum/*standard* se organiza empiricamente em textos escritos efetivamente realizados, reunimos um *corpus* de doze textos da seção “opinião” do jornal de circulação nacional *Folha de S. Paulo*, que foram por nós organizados em quatro grupos, cada qual composto por três textos de opinião de um/a mesmo/a autor ou autora. Nossa ideia inicial era verificar como se comportam, em textos empíricos, essas duas variáveis apontadas por Faraco (2008) como fenômenos linguísticos que, em geral, marcam uma distinção entre norma culta falada e norma culta escrita. O quadro abaixo detalha as informações sobre o *corpus*.

Quadro 1 – *Corpus* norma culta escrita.

| <i>Corpus</i> | Referência | Sobre os/as autores/as, segundo o veículo |
|---------------|--|--|
| Grupo I | FRANÇA, Anderson. Portas fechadas, menos a dos fundos. <i>Folha de S. Paulo</i> , São Paulo, 24 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/anderson-franca/2019/12/portas-fechadas-menos-a-dos-fundos.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | Escritor e roteirista; carioca do subúrbio do Rio e evangélico, é autor de “Rio em Shamas” (ed. Objetiva) e empreendedor social, fundador da Universidade da Correria, escola de afroempreendedores populares. |
| | FRANÇA, Anderson. Presos num tuíte. <i>Folha de S. Paulo</i> , São Paulo, 17 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/anderson-franca/2019/12/presos-num-tuite.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | |
| | FRANÇA, Anderson. Ninguém trepa mais, nem direita, nem esquerda. <i>Folha de S. Paulo</i> , São Paulo, 10 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/anderson-franca/2019/12/ninguem-trepa-mais-nem-direita-nem-esquerda.shtml?origin=folha >. Acesso em 30/12/2019. | |
| Grupo II | CARVALHO, Laura. Abaixo do piso. <i>Folha de S. Paulo</i> , São Paulo, 22 ago. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2019/08/abaixo-do-piso.shtml >. Acesso em 02/01/2020. | Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da |
| | CARVALHO, Laura. Diversionismo. <i>Folha de S. Paulo</i> , São Paulo, 26 set. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2019/09/diversionismo.shtml >. Acesso em 02/01/2020. | |

| | | |
|-----------|---|---|
| | CARVALHO, Laura. O topo acima de todos. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 set. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2019/09/o-topo-acima-de-todos.shtml >. Acesso em 02/01/2010. | USP, autora de “Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico”. |
| Grupo III | RIBEIRO, Djamila. Pelo direito à vida das mulheres. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2019/12/pelo-direito-a-vida-das-mulheres.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | Mestre em Filosofia Política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais. |
| | RIBEIRO, Djamila. É recorrente que as pessoas queiram que eu responda a falácias. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2019/12/e-recorrente-que-as-pessoas-queiram-que-eu-responda-a-falacias.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | |
| | RIBEIRO, Djamila. A solidão institucional. Folha de S. Paulo, São Paulo, 01 nov. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2019/11/a-solidao-institucional.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | |
| Grupo IV | DUVIVIER, Gregório. Tá difícil ser presidente no Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 30 out 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivivier/2019/10/ta-dificil-ser-presidente-no-brasil.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos. |
| | DUVIVIER, Gregório. Não faz sentido um novo AI-5. Folha de S. Paulo, São Paulo, 04 dez. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivivier/2019/12/nao-faz-sentido-um-novo-ai-5.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | |
| | DUVIVIER, Gregório. Na direção certa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 06 nov. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduivivier/2019/11/na-direcao-certa.shtml >. Acesso em 30/12/2019. | |

Fonte: autores.

Apresentamos a seguir duas tabelas com os resultados de nossa análise para as variáveis *recuperação de antecedente textual por complemento verbal* (Tabela 1) e *orações relativas com verbo de regência indireta segundo a tradição gramatical* (Tabela 2).

Tabela 1 – Variável ‘recuperação de antecedente textual por complemento verbal’.

| Corpus | Sintagma pleno (%) | Pronome oblíquo de 3ª p. (%) | Objeto nulo (%) | Ocorrências |
|--------------|--------------------|------------------------------|-----------------|-------------|
| Grupo I | 22,2 | 5,5 | 72,2 | 18 |
| Grupo II | 40 | 60 | 0 | 5 |
| Grupo III | 15,4 | 38,4 | 46,2 | 13 |
| Grupo IV | 0 | 28,6 | 71,4 | 7 |
| Total | 18,6 | 25,6 | 55,8 | 43* |

Fonte: autores – *Não encontramos dados de escrita em que a recuperação de antecedente textual ocorresse por pronome reto de 3ª P.

Tabela 2 – Variável ‘orações relativas com verbo de regência indireta’.

| Corpus | Cortadora (%) | Padrão (%) | Ocorrências |
|--------------|---------------|-------------|-------------|
| Grupo I | 62,5 | 37,5 | 8 |
| Grupo II | 0 | 100 | 3 |
| Grupo III | 0 | 100 | 4 |
| Grupo IV | 0 | 100 | 3 |
| Total | 27,8 | 72,2 | 18 |

Fonte: autores.

Em linhas gerais, observamos que, em relação à variável ‘recuperação de antecedente textual’, os dados apontaram para usos preferencialmente de formas alternativas às que Faraco (2008) sinalizou como dominantes na norma culta escrita, dos quais 74,4% (18,6 + 55,8) foram registros diferentes do tradicional uso de pronome oblíquo de 3ª pessoa em função anafórica. Já em relação ao fenômeno variável “orações relativas”, notamos que o comportamento linguístico dos textos privilegiou as ocorrências de relativas padrão, estando mais alinhado ao que apontou Faraco (2008). Ainda assim, se observarmos os dados por grupo, veremos que o comportamento linguístico do Grupo I, por exemplo, apontou para a preferência da formação de orações relativas cortadoras, sintaxe preterida pelos outros três grupos de textos. Abaixo apresentamos alguns exemplos de tais realizações:

Quadro 2 – Exemplos de realização variável na norma culta escrita.

| Corpus | Exemplo | Variante |
|-----------|---|---------------------------|
| Grupo I | Na mesma cidade onde morrem 1.500 pessoas por ano, vítimas de violência letal, essencialmente negras, um governador que sorri e <u>celebra</u> Ø. | Objeto nulo |
| | <u>A tampa do iogurte</u> que revela, ao mesmo tempo, um privilégio – pra quem <u>abre um pote de iogurte</u> – e uma sutil muquiranagem do capital que perpassa todas as fronteiras (...). | Sintagma pleno |
| | Pilatos pergunta pra Jesus, antes de <u>executá-lo</u> , no alto de um morro chamado Morro da Caveira, na frente da mãe: “O que é a verdade?” | Pronome oblíquo de 3ª p. |
| | Aliás, tinha feirão de renegociação <u>que eu só ia pra sair</u> com o papel na mão e o nome limpo por mais uma semana. | Oração relativa cortadora |
| | Veja você, eu me transformei naquele sujeito <u>a quem você diz</u> : “feliz natal”, e eu respondo: “vai querer esse resto de batata frita?” | Oração relativa padrão |
| Grupo II | Como mostram os pesquisadores (...) os benefícios sociais reduzem <u>a desigualdade de renda</u> no Brasil – medida pelo índice de Gini – em 5,5%. Já os gastos sociais com saúde e educação reduziram <u>essa medida</u> em 18%. | Sintagma pleno |
| | Além disso, parar de corrigir <u>o salário mínimo</u> pela inflação, deixando-o perder valor real, não afeta apenas o piso de diversos benefícios sociais destinados aos mais pobres, mas também o piso salarial do mercado formal de trabalho. | Pronome oblíquo de 3ª p. |
| | Ou seja, de fato essas despesas cresceram um pouco mais rápido entre 2003 e 2010 – período <u>em que o Brasil acumulou superávits primários</u> graças ao crescimento também acelerado das receitas –, do que no segundo governo FHC. | Oração relativa padrão |
| Grupo III | Mulheres negras em trabalhos de faxineira ou servente são as “tias da limpeza”, as “tias do café”. Nem sequer são chamadas pelo nome, muitas vezes as <u>pessoas nunca perguntaram</u> Ø. | Objeto nulo |
| | Só sabem que <u>elas</u> moram longe, mas nunca perguntaram onde. Não <u>as</u> tratam como seres humanos com histórias, significados, aprendizados, mas sempre com o olhar da condescendência para disfarçar a superioridade que sentem em relação a elas. | Pronome oblíquo de 3ª p. |
| | Lembro de não gostar de <u>filosofia medieval</u> , mas, por se tratar de uma disciplina fixa, tive de cursar. Eu me comprometi a estudar ao máximo o pensamento de Tomás de Aquino para não repetir de ano e ter de fazer <u>a disciplina</u> de novo. | Sintagma pleno |
| | Do lugar social <u>que eu parto</u> , nossos saberes são deslegitimados. | Oração relativa padrão |

| | | |
|----------|---|--------------------------|
| Grupo IV | Afinal, depois de morta a democracia ainda se pode, eventualmente, tomar sorvete. Depois de morto, eu já não consigo Ø. | Objeto nulo |
| | Amo <u>este jornal que você tem em mãos</u> . E amo o ritual de abri-lo todo dia de manhã, pra espanto da minha filha, que não entende a graça dessas letrinhas tão pequenas sob fotos tão grandes de gente tão séria, e pra desgosto da minha conge, que não entende a graça de gerar essa quantidade de lixo por dia. | Pronome oblíquo de 3ª p. |
| | Dessa forma, este ato <u>do qual tanto se fala</u> deveria se chamar AI-18. A não ser, claro, que o 5 deste novo Ato Institucional se refira ao valor do dólar. <i>Aí, sim.</i> | Oração relativa padrão |

Fonte: autores.

Especificamente, agora, sobre a questão estilística dos textos, os dados apontam para um fato curioso. O *grupo I* é o único grupo de textos do *corpus* que apresenta ocorrências para todas as variantes observadas. Em certa medida, poderíamos dizer que se trata do grupo de textos que maior variação estilística apresentou. Com isso não estamos querendo dizer que os textos desse grupo tenham maior variação no eixo monitoração, mas que os textos desse grupo melhor se utilizaram da diversidade de recursos linguísticos variáveis para construção de significados sociais. Nesse sentido, nos aproximamos da noção de estilo de Eckert (2000); Moore (2004); Mendoza-Denton (2001) entre outros, que identificam, nessa característica variável da linguagem, um importante recurso de construção de identidades e performances sociais para marcar pertencimento, filiação ou afastamento a determinadas comunidades de prática. Vejamos, em particular, a construção relativa abaixo e pensemos a propósito de seu estilo sociolinguístico:

(1) Amiga, eu sei. Você esperava mais de mim. Indicado pro Jabuti no livro de estreia, garoto-marotagem de Madureira e Vila Aliança, abalou milhões de leitores com crônicas pitorescas e safadas naquela rede social sobre a qual não está muito claro se posso citar o nome, e logo numa coluna de estreia. (grupo 1).

Para a construção do período, o autor do texto possivelmente cogitou algumas possibilidades de organização sintática para lidar com uma questão típica da escrita, que é justamente o problema de ter várias informações e ter de organizá-las gramaticalmente. Assim, apresentamos duas possibilidades que poderiam ter sido consideradas:

(1a) O autor desse texto [que sou eu], garoto-marotagem de Madureira, abalou milhões de leitores naquela rede social cujo nome não está muito claro se posso citar, e logo numa coluna de estreia.

(1b) O autor do texto [que sou eu], garoto-marotagem de Madureira, abalou milhões de leitores naquela rede social – sobre essa rede social [sobre a qual; sobre ela], aliás, não está muito claro se posso citar o nome –, e logo numa coluna de estreia.

Um juízo mais normativo poderia arbitrar no sentido de que o autor deveria utilizar outra preposição para construir a oração relativa. A nosso juízo, porém, o autor optou por unir (1a) a (1b), o que resultou em (1). Acrescentamos ainda que esse resultado foi estilisticamente interessante por vários motivos, a saber: segundo Bagno (2011, p. 912), na língua portuguesa existem, pelo menos, cento e noventa e sete combinações possíveis para junção de preposição com pronome relativo (PREP + PRON RELAT). Ocorre que, na construção de relativas padrão (p. ex. *A casa mais bonita DE que se tinha noção.*), a preposição – que se posiciona geralmente entre um antecedente e seu conseqüente – é deslocada de posição, de modo que, uma vez distante do antecedente, não raro se observam construções relativas com preposições de valor semântico diferente do que a regência tradicional orienta. Além disso, a construção sintática com o relativo *cujo* tem sido cada vez mais preterida em manifestações escritas do português brasileiro, conforme apontam vários estudos, como o do próprio Bagno (2011, p. 903-905), o que pode significar que, considerando a audiência com a qual pretende dialogar e/ou a comunidade de prática em que se

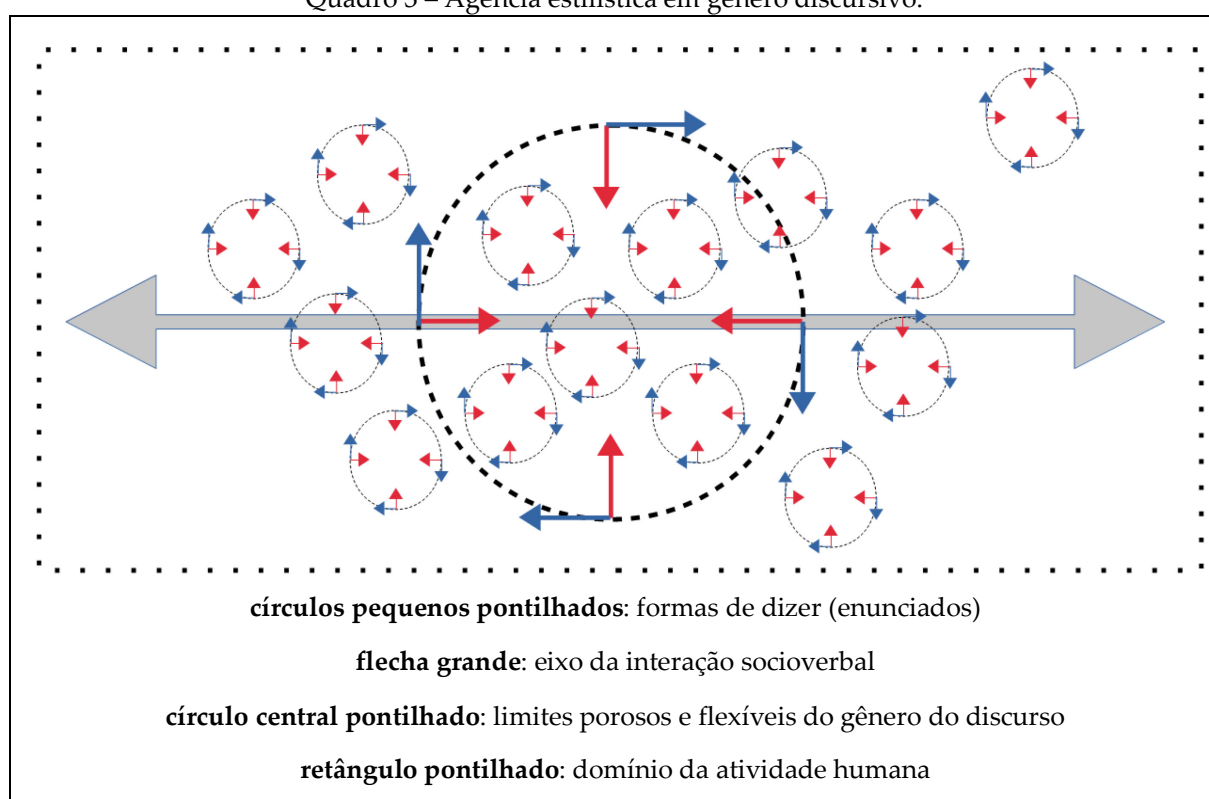
insere e/ou o lugar social do qual fala, o autor pode preferir optar por construção alternativa ao *cujo*, por considerá-lo inadequado do ponto de vista do significado social que essa variável linguística adquiriu historicamente.

Para observar essas questões, notamos que não é suficiente considerar como variação estilística apenas o grau de monitoração no *continuum*. Esse critério, para os textos analisados, nos pareceu irrelevante, uma vez que todos os textos são elaborados com vistas à circulação em situação de grande monitoração, trata-se, portanto, de textos monitorados. Difícil, na verdade, pensar em produções escritas que não apresentem um nível cognitivo considerável de atenção do produtor à situação comunicativa, motivo pelo qual o critério “situações mais monitoradas” para a conjugação do conjunto de fenômenos linguísticos habituais à norma culta escrita não nos parece funcionalmente viável, dada sua imprecisão.

Ora, se, como vimos na seção anterior, a pesquisa sociolinguística tem apresentado consideráveis contribuições para fazer avançar a compreensão sobre variação estilística para além da noção laboviana de “atenção prestada à fala”, não seria o caso, então, de propormos também a atualização da noção de norma culta escrita que só considera monitoração como único critério estilístico? Nossa resposta, por tudo o que temos discutido e analisado aqui, é sim. E, com essa resposta, também queremos apresentar o argumento que serve de justificativa para a problemática mais geral que motivou a elaboração deste trabalho, a saber, se tem ou não cabimento pensar em uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos? Sim, não só tem cabimento uma noção sociolinguística de estilo para textos escritos – e, de fato, tanto tem cabimento que, há muito, essa noção já é explícita, e sua existência pode ser comprovada quando, por exemplo, se define norma culta escrita pela baliza da monitoração estilística – dizíamos, então, que não só tem cabimento, como também, e isso é o que defendemos, é necessário que se atualize a noção de estilo sociolinguístico para textos escritos para além do *continuum* monitoração estilística.

Sendo assim, considerando a viabilidade de ampliar o domínio da monitoração estilística como único critério balizador de variação estilística em textos escritos, propomos substituir a noção de monitoração estilística pela noção de *performance estilística em gênero discursivo* ou, simplesmente, *agência estilística*. Significa dizer, então, que, nessa proposta, a norma culta escrita abrangeria todos os fenômenos linguísticos (multissemióticos, na verdade) necessários para performance estilística em determinado gênero discursivo. O esquema a seguir representa uma tentativa de sistematização da proposta:

Quadro 3 – Agência estilística em gênero discursivo.



Fonte: autores.

Projetamos o esquema acima inteiramente alicerçado na teoria da linguagem de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2017) para quem os gêneros do discurso e a esfera das atividades humanas são mutuamente constitutivos, de modo que o agir humano não se dá fora da interação, tampouco as formas de dizer se dão fora do agir humano (cf.

FARACO, 2009, p. 122-138). Nesse sentido, consideramos que ao longo do eixo da interação socioverbal do agir humano, algumas formas de dizer (enunciados) se organizam de modo a sugerir relativa estabilização, passando, assim, a exercerem uma força centrípeta (flechas vermelhas), atraindo outras formas de dizer circundantes. Para exercerem força normatizadora centrípeta, esses enunciados (que são formas de agir no mundo e que não têm existência concreta fora de gêneros do discurso) dependem, claro, de ser reconhecidos como legítimos pelo mercado de trocas simbólicas (cf. BOURDIEU, 2019, p. 116-130) e, mais do que isso, precisam ter reconhecido seu valor enquanto capital simbólico relevante para certo agir no mundo. A questão estilística ganha relevância, então, sobretudo quando age para perturbar a relativa estabilização dos enunciados, atuando como força centrífuga (flechas azuis). No nosso esquema, quando os círculos pequenos (enunciados) procuram o centro da esfera pontilhada (gênero do discurso), pode-se se dizer que a agência estilística é mínima porque dentro das fronteiras previsíveis de comportamento linguístico. É o que acontece, por exemplo, com o *grupo II* do *corpus* analisado, que é composto por textos de discreto comportamento estilístico, o que se observa pela preferência por recursos expressivos já standardizados por essa prática social específica que é o texto de opinião sobre economia. Com efeito, pode ser que um texto que se mantenha no limite de determinado padrão reconhecido por determinada coletividade – e estabelecido pela história dessa prática social que é o gênero – queira dar maior destaque ao conteúdo temático que busca comunicar, mas isso é apenas uma suposição.

Já o *grupo I* do *corpus* analisado corresponde ao grupo de textos de maior agência estilística. Significa dizer que esses enunciados estão tensionando a relativa e aparente estabilidade do gênero discursivo e, ao fazê-lo, estão provocando uma reação da audiência (que pode ser, por exemplo, desagrado) e agindo, por fim, na esfera da atividade humana, para desestabilizar padrões de comportamentos linguísticos e,

sobretudo, sociais. Esse empreendimento pode ser mais ou menos feliz segundo diversos critérios. Costuma-se dizer que, sem antes conhecer e praticar muito bem o que está canonizado e secularmente estabelecido, melhor não tentar provocar mudanças. Porém, entendemos que a agência estilística – juntamente ao conteúdo temático e à organização composicional, nos termos bakhtinianos – é constituinte inseparável dos gêneros discursivos, motivo pelo qual entendemos que relegar a segundo plano suas potencialidades de expressar sentidos sociais significa uma escolha marcadamente ideológica de privação e controle das faculdades criativas e perceptivas.

5 Por fim, se estilo é variação situada em cenário sociolinguístico não estático, o que disso pode interessar à educação linguística e à pedagogia da variação linguística?

A noção de monitoração representa conquistas fundamentais para o conhecimento que se construiu sobre como as pessoas fazem uso de regras linguísticas variáveis. Há que se pontuar, contudo, que o escopo e a funcionalidade da noção ‘monitoração estilística’ inscrevem-na no limite da sistematização de eventos de fala para posterior análise sociolinguística do uso de determinadas variáveis, com especial atenção às fonológicas. Assim, eventos de fala em contextos públicos formais por exemplo, como palestras, aulas, julgamentos, discursos tendem a ser mais fortemente influenciados pela presença – imaginária ou concreta – e pelo caráter centrípeto da escrita enquanto tecnologia e enquanto sistema simbólico (cf. KLEIMAN, 1995). A ideia de monitoração, portanto, nasce como fundamento heurístico para pesquisas relacionadas ao conhecimento de padrões sociolinguísticos da oralidade; ao fim e ao cabo, se quer conhecer como a fala humana varia e, junto a isso, como o sistema linguístico organiza, acomoda e comporta tal variação. Descobre-se assim que a influência da cultura escrita na fala é uma variável importante a ser testada. Quando se incorpora a noção de monitoração para avaliação sociolinguística de manifestações escritas (p. ex. “textos escritos mais monitorados”), cria-se uma aporia: ora, se a fala

mais monitorada tem como parâmetro a força normatizadora da cultura escrita, com que parâmetro avaliamos a escrita mais monitorada? É adequado associar a escrita mais monitorada à baliza de gêneros discursivos escritos canonizados pela tradição literária (e de escrita pública) ocidental, quando os casos modelares são muito mais “exceções de genialidade e de engenhosidade” humana? Os expoentes que são exceções podem servir de regra?

Nos termos que temos apresentado, a noção de escrita monitorada nos parece um esforço universalizante de sistematização de formas linguísticas a serem empregadas, via de regra, em contextos sociolinguísticos estáticos cuja existência não se sabe comprovada. Quando essa noção é aplicada à norma culta, pensando agora na pedagogia de línguas e na educação linguística, a herança normativista do ensino de língua frequentemente vem à tona por meio da tradição gramatical deslocada de sua reflexão baseada em usos concretos da língua. Considerando, por outro lado, que se pretenda estabelecer uma rotina de ensino e aprendizagem voltada para a pedagogia de letramentos, entendida como ação de observação, sistematização e reflexão *sobre e com* a linguagem, tendo em vista práticas sociais em que a escrita ocupa papel estratégico, como lidar, então, com uma noção de estilo que não se resuma a mais monitorado ou menos monitorado e que permita melhor compreender um texto específico, do ponto de vista de sua performance estilística? Em suma, como a performance sociolinguística e/ou sociossemiótica do texto se apresenta ao cenário sociolinguístico de que faz parte? O quadro abaixo representa um primeiro esforço de sopesar e equacionar algumas das principais variáveis (variáveis aqui não apenas no sentido que a sociolinguística atribuiu a esse termo) que podem interferir na performance estilística de um texto e tentar dar funcionalidade a essa discussão com vistas a contextos de ensino e aprendizagens de língua. Certamente, há muito o que ser melhorado na proposta.

Quadro 4 – Matriz de adequação estilística de base sociolinguística para texto escrito.

| (A) Convenções de escrita | | | | |
|---|--|--|--|--|
| (A.1) – As convenções de escrita estão adequadas à formalidade do contexto estilístico de circulação do texto? | | | | |
| (A.2) – As convenções de escrita estão adequadas ao <i>design</i> de audiência projetado pelo texto? | | | | |
| (A.3) – As convenções de escrita estão adequadas à comunidade de prática de que o texto faz parte/ em que o texto circula/ ao qual pretende se filiar? | | | | |
| (B) Pontuação | | | | |
| (B.1) – A pontuação do texto está adequada à formalidade do contexto estilístico? | | | | |
| (B.2) – A pontuação do texto está adequada ao <i>design</i> de audiência projetado? | | | | |
| (B.3) – A pontuação do texto está adequada à comunidade de prática de que o texto faz parte/ em que o texto circula/ ao qual pretende se filiar/vincular? | | | | |
| (C) Morfossintaxe: CV, CN, CP, RV etc. | | | | |
| (C.1) – A organização morfossintática do texto está adequada à formalidade do contexto estilístico? | | | | |
| (C.2) – A organização morfossintática do texto está adequada ao <i>design</i> de audiência projetado? | | | | |
| (C.3) – A organização morfossintática do texto está adequada à comunidade de prática a qual se vincula? | | | | |
| (D) Recursos multissemióticos e de textualização | | | | |
| (D.1) – Os recursos multissemióticos e/ou de textualização está(ão) adequado(s) à formalidade do contexto estilístico? | | | | |
| (D.2) – Os recursos multissemióticos e/ou de textualização está(ão) adequado(s) ao <i>design</i> de audiência projetado? | | | | |
| (D.3) – Os recursos multissemióticos e/ou de textualização está(ão) adequado(s) à comunidade de prática a que o texto se vincula? | | | | |

Fonte: autores.

A ideia é que os espaços ao lado de cada descritor sejam preenchidos com os signos + ou -. Os quatro espaços preenchidos com o signo + significam ‘plenamente adequado’; assim como os 4 espaços preenchidos com o signo - significam ‘inadequação completa’; uma mescla desses signos, obviamente, poderia ser considerada sempre que necessário. Assim, por exemplo, uma postagem em rede social, feita em página de pessoa não-pública, sobre um aspecto de temática cotidiana

do dono do perfil, para comunicar à sua audiência uma experiência interessante qualquer, pode ignorar algumas convenções da escrita e grafar, por exemplo, *vc* em lugar de *você*. O que nos levaria, por exemplo, a preencher a tabela no descritor (A.1) da seguinte forma:

Quadro 5 – Célula da matriz de adequação estilística para texto escrito preenchida.

| (A) Convenções de escrita | | | | |
|--|---|---|---|---|
| (A.1) – As convenções de escrita estão adequadas à formalidade do contexto estilístico de circulação do texto? | + | + | + | + |

Fonte: autores.

Por fim, a sistematização de que a tabela dá conta significa também um quadro sinóptico do que nos pareceu, por ora, mais relevante a se levar em conta quando estamos avaliando (o que acontece quando estamos, por exemplo, simplesmente lendo) um texto. Há duas perguntas estruturantes que gostaríamos de mencionar, para concluir, e que podem ser levadas em conta em contextos de pedagogia de letramentos, a saber: a) os recursos linguísticos de que disponho para realização de determinada prática social são suficientemente adequados considerando o grau de formalidade, o *design* de audiência e a comunidade de prática? b) estou apto a negociar sentidos neste cenário sociolinguístico com os recursos de que disponho? Há muitas questões ainda sem resposta sobre agência estilística através de produção escrita em geral e, de modo particular, há também muito o que se discutir e muito a ser experimentado no contexto da pedagogia de língua. Se esse trabalho motivar essa reflexão, já nos damos por satisfeitos.

Referências

BAGNO, M. **Dicionário Crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.

BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad.: Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261- 307.

BELL, A. Language Style as Audience Design. **Language in Society** 13:145-204, 1984. DOI <https://doi.org/10.1017/S004740450001037X>

BELL, A. Back in style: reworking audience design. *In*: RICKFORD, J. R; ECKERT, P. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, p.139-169, 2001. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511613258.010>

BOURDIEU, P. O mercado linguístico. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Trad.: Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 116-131.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** – Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

COULMAS, F. **Escrita e Sociedade**. Trad.: M. Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

CAMACHO, R. G. Uma reflexão crítica sobre a teoria Sociolinguística. **D.E.L.T.A**, v. 26, n. 1, p. 141-162, 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502010000100006>

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1467-9841.2008.00374.x>

HABERMAS, J. As estruturas sociais da esfera pública. *In* : HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Trad.: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 135-185.

HEBDIGE, D. Style as bricolage. *In*: HEBDIGE, D. **Subculture: The Meaning of Style**. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002 [1979]. p. 100-113.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

LABOV, W. The isolation of contextual styles. *In*: LABOV, W. **The social stratification of English in the New York City**. Washington: Center of Applied Linguistics, 2006 [1966]. p. 58-86. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511618208.007>

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: M. Bagno, M^a M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LAVE, J.; WENGER, É. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. New York: Cambridge, 1991. DOI <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815355>

MENDOZA-DENTON, N. Style. *In*: DURANTI, A. (ed.) **Key Terms in Language and Culture**. London : Blackwell, Revision of 2000.

MOORE, E. Sociolinguistic Style: A Multidimensional Resource for Shared Identity Creation. **Canadian Journal of Linguistics/Revue canadienne de linguistique** 49(3/4): 375–396, 2004. DOI <https://doi.org/10.1017/S0008413100003558>

RICKFORD, J. R; ECKERT, P. (ed.). **Style and sociolinguistic variation**. New York: Cambridge University Press, 2001. p. 139-169.

SALOMÃO-CONCHALO, M. **A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social**, 2015, 313f, Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). IBILCE, UNESP, São José do Rio Preto.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola, 2009.

PRETI, D. A. propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. *In*: PRETI, D. A. (org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas Publicações-FFLCH/USP, 1999 [1997].

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad.: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

Artigo recebido em: 10.05.2021

Artigo aprovado em: 07.06.2021